

Prelúdio das Invasões Francesas O Planeamento da Invasão espanhola de 1801

ANTÓNIO VENTURA
piresventura@sapo.pt

RESUMEN

Se busca en el presente trabajo analizar los planes de futuras operaciones militares o de los trabajos cartográficos existentes previos a cualquier declaración de guerra, tareas de enorme importancia y utilidad para los hipotéticos combatientes, sean del atacante o del defensor. En este contexto general, se estudian y comentan los preparativos españoles para la invasión de Portugal previos a la Guerra de las Naranjas de 1801.

PALABRAS CLAVE: España, Portugal, Planes militares, Invasión de Portugal, 1801, Guerra de las Naranjas.

ABSTRACT

Seeks in this paper discuss plans for future military operations or any previous declaration of war, tasks of enormous importance and usefulness to the hypothetical fighters existing cartographic works, whether the attacker or defender.

KEYWORDS: In this general context, are studied and discussed preparations for the Spanish invasion of Portugal before the War of the Oranges, 1801.

O estudo dos planos de operações ou de simples levantamentos topográficos comentados, que antecederam o eclodir de uma guerra, reveste-se de enorme utilidade para compreendermos o cuidado posto na preparação da campanha, seja de quem ataca seja de quem se defende, a avaliação do inimigo, os objectivos traçados e outros elementos complementares como forças disponibilizadas, logística, valoração do adversário. Na preparação de uma campanha, tinha-se em consideração o historial de conflitos anteriores, ponto essencial de partida para se evitarem erros cometidos. Se uma guerra, no passado, foi desastrosa, então havia que avaliar as razões que conduziram a esse desastre para que, no futuro, se evitasse a repetição da derrota. Claro que a avaliação tinha sempre duas vertentes, a do vencedor e a do vencido, havendo sempre duas leituras possíveis. Uma coisa, porém, era certa, e todos estariam de acordo: jamais se repetiriam as condições em que, no passado, se travou uma guerra...

Vamos, pois, analisar o quadro em que foram elaborados os planos espanhóis para a invasão de Portugal que antecederam a Guerra das Laranjas em 1801, procedendo depois à sua publicação e comentário.

A campanha de 1801 sempre nos interessou e a ela dedicámos diversos estudos¹. O presente livro contempla um aspecto inédito, que apenas afluímos, e que demonstra que, apesar das conversações entre Portugal e Espanha, das complicadíssimas relações entre os dois Estados a partir de 1796, a Espanha preparava-se para a guerra desde 1797. Embora a guerra apenas tenha eclodido em 1801, foram feitos, desde aquele ano, estudos pormenorizados para a invasão

¹ VENTURA, António: *O Cerco de Campo Maior em 1801*, Lisboa, Edições Colibri, 2001; *O Combate de Arronches. Um episódio da Guerra das Laranjas*, Arronches, Ed. da Câmara Municipal, 1989; *O Combate de Flor da Rosa. Conflito Luso-Espanhol de 1801*, Lisboa, Ed. Colibri, 1996; “Guerra de 1801 - Diários de Operações das Divisões espanholas e do Exército contra Portugal”, in *Boletim do Arquivo Histórico Militar*, 61º Volume, 1995, pp. 189 a 305; “Portugal e Espanha em Vésperas da Guerra das Laranjas. As Questões Militares”, *Portugal e os Abalos Político-militares da Revolução Francesa no Mundo*, Actas do XI Colóquio de História Militar, Lisboa, Edição da Comissão Portuguesa de História Militar, 2001, pp. 129 a 164; “Deus Guarde a V. Exª Muitos Anos. Manuel Godoy e Luís Pinto de Sousa (1796-1798)”, in *Revista de Estudios Extremeños*, (Badajoz) Tomo LVII, Número III, Setembro-Dezembro de 2001, pp. 963 a 1116; “Uma Cimeira ibérica em 1796”, in *Clio, Revista do Centro de História da Universidade de Lisboa*, Nova Série, nº 6, 2002, pp. 143 a 164; *A Guerra as Laranjas. A Perda de Olivença*, Lisboa, Prefácio, 2004.

de Portugal, mais exactamente quatro estudos confiados a militares experientes, com destaque para os Generais D. José Urrutia e D. Gonzalo O’Farril. Estes documentos analisam detalhadamente a situação de Portugal a todos os níveis, com comentários por vezes inesperados, estudando os pontos fortes e fracos de ambos os países. São peças fundamentais para compreendermos as opções de D. Manuel Godoy ao iniciar a guerra, optando, afinal, pelo mais óbvio: a invasão de Portugal pelo Alentejo.

1. O PLANO DO MARECHAL DE CAMPO D. BENITO PARDO DE FIGUEROA

Cronologicamente, o primeiro plano foi elaborado pelo Marechal de Campo D. Benito Pardo de Figueroa no ano de 1797, sem indicação do mês, mas deve ter sido escrito quando ele desempenhou o cargo de Quartel Mestre do Exército da Extremadura. Vejamos as notas biográficas deste militar que foi possível reunir.

De seu nome completo D. Benito Maria de los Dolores Manuel Josef Ramon Tadeo Pardo de Figueroa², nasceu a 25 de Dezembro de 1755 em Fefiñanes, Província e Arcebispado de Santiago, filho de D. Baltazar Manuel Pardo, Marquês de Figueroa, e de D. Ana Jacoba Valladares. Seguindo a carreira das armas, foi Tenente Coronel do Regimento de Infantaria da Princesa, passando a Coronel do mesmo Regimento em Março de 1791. Promovido a Marechal de Campo a 4 de Setembro de 1795, foi nomeado Sub-Inspector Geral de Infantaria, Inspector Interino (24-11-1796) e depois Inspector Geral (17-11-1797), cargo que desempenhou até 20 de Agosto de 1798, sendo então substituído por D. Gonzalo O’Farril.

Colocado no Exército da Costa de Granada a 24 de Agosto de 1798, foi-lhe concedida licença, a 16 de Outubro de 1801, para se ausentar para França, a fim de tratar de negócios particulares, licença essa que foi prorrogada a 23 de Julho de 1802. A 10 de Outubro de 1805 foi nomeado Ministro Plenipotenciário e Enviado Extraordinário na Corte de Berlim, recebendo em Setembro de 1807 ordem para ir residir para a Corte e São Petersburgo, com o mesmo carácter. Em 1809, a 14 de Novembro, o governo do rei José Bonaparte promoveu-o a

² Archivo Histórico Militar de Segóvia, Sección Colb., Caixa 127, Legajo Exp. 14, 111 fóls.

Tenente-General, conservando-se na Rússia. Acabou por morrer a 20 de Outubro de 1812 na aldeia de Libónia, sem ter regressado à Pátria, e coberto com o labéu da traição e de ter sido um afrancesado.

Figueroa começa por apresentar um plano para a formação de um corpo de Estado Maior para o Exército de Extremadura, “para que as operações militares sejam mais metódicas, seguras e rápidas”, em que o Chefe do Estado Maior seria o Quartel Mestre General. Passa em seguida à exposição do plano de campanha contra Portugal, em que a Espanha partiria, à partida, com uma grande vantagem assegurada pela superioridade numérica das suas forças e pelo recursos disponíveis, sendo ainda de considerar que os aliados de Portugal estavam a uma grande distância, e teriam que se fazer transportar por mar, o que pressupunha um certo tempo. Defende uma guerra ofensiva, feita com grandes efectivos que permitam uma campanha curta, incisiva e definitiva. Procede depois à descrição topográfica do nosso país, mas recomendando que se tivesse em consideração as experiências da História, nomeadamente a Guerra da Restauração, sublinhando a “inutilidade dos extraordinários esforços feitos durante 28 anos na guerra de revolução para recuperar Portugal”, concluindo que a principal razão do falhanço espanhol nesse conflito foi a escolha do Alentejo como teatro principal das operações. Em sua opinião, o Alentejo devia ser ignorado numa guerra futura, embora Lisboa, juntamente com o Porto, fossem os grandes objectivos a atingir. A ocupação da capital devia ser feita a partir da margem direita do Tejo, enquanto que o ataque ao Porto devia ser feito a partir da Galiza, descendo as tropas espanholas junto à linha de costa, apoiando-se no mar.

Mas deixa uma advertência: “a superioridade produz orgulho e desprezo pelo inimigo”. A vitória não pode ser considerada ganha à partida. Portugal conheceu, desde a guerra de 1763, muitos progressos que são assinalados por D. Benito de Figueroa:

“De há trinta anos a esta parte, propagaram-se em Portugal as luzes e os conhecimentos úteis. Ainda subsiste no seu Exército a vigorosa disciplina introduzida pelo Príncipe de La Lippe. Organizou-se bem o corpo de artilharia, e há nele oficiais de mérito e inteligência. Também não faltam nesse exército alguns chefes hábeis, muitos próprios para o Estado Maior. A cavalaria está bem montada, acostumada à fadiga e a manobrar em todas as ocasiões com celeridade. Foi criada ultimamente uma legião de tropa ligeira, constituída e armada como a francesa e posta a cargo do Marechal de Campo Freire, que tem ideias, valor e desejo de distinguir-se”.

Calcula que Portugal pode reunir de 30 000 a 40 000 homens, aos quais havia que juntar as milícias,

“paisanos armados que, incitados pelo ódio contra a nação espanhola, se distribuem por toda a parte perturbando as comunicações e fazendo aumentar até ao limite os desvelos e atenções do invadir”.

Estas palavras são muito elogiosas para o Exército Português, digamos mesmo que são demasiado elogiosas e não traduzem a situação actual, como a dura experiência demonstrará, quatro anos depois... Talvez seja uma forma de salientar o valor espanhol numa futura guerra vitoriosa. É curioso que o único oficial general português referido é Gomes Freire de Andrade.

Figueroa não deixa de detectar debilidades no Exército Português, acabando por minimizar alguns dos pontos positivos anteriormente enumerados. Se é verdade que a disciplina existe, pelo menos aparentemente, a tropa

“não está aguerrida, carece de fanatismo militar e, principalmente, não tem oficialidade pundonorosa; as recompensas são poucas e mesquinhas e a sorte do soldado não é feliz; o próprio governo não usou até agora os estímulos das distinções ou ilusões honoríficas para atrair a nobreza ao serviço militar”.

Por isso, o balanço é francamente positivo a favor da Espanha. Propõe depois duas operações ofensivas: uma pela direita do Tejo, até Lisboa, e outra pela costa, da Galiza até ao Porto, detalhando cada uma delas, com efectivos, itinerários, prioridades quanto a praças ou a posições a tomar, operações secundárias a desenvolver. Aconselha o dia 1 de Abril como limite máxima para o início das operações de forma a que a conquista de Portugal se processasse numa única e rápida campanha.

O único autor que cita no seu plano é Dumouriez³, obrigatoriamente consultado desde há muito por todos quantos se interessavam por Portugal sob o ponto de vista militar.

³ Charles-François du Perrier Dumouriez nasceu em Cambrai, a 26 de Janeiro de 1739 e morreu em Turville-Park, Inglaterra, a 14 de Março de 1824. Foi Ajudante de Campo do Conde d'Armentières e esteve no Estado Maior do Marechal de Broglie. Antes da Revolução já se tinha distinguido como militar e diplomata, com missões em Genebra, Córsega, Suécia, Polónia. Ferido 19 vezes, prisioneiro de guerra e depois encerrado na Bastilha, é Marechal de Campo em 1788. Com o início da Revolução liga-se a La Fayette, comanda

2. O GENERAL O'FARRILL ANALISA OS PLANOS DE INVASÃO DE PORTUGAL DESDE 1664

Este documento é um dos mais importantes do conjunto porque o seu autor elenca os diversos planos de invasão de Portugal feitos desde o tempo da Guerra da Restauração, e neles se cruzaram figuras de primeiro plano da vida política e militar espanhola de século e meio.

Gonzalo O'Farril y Herrera nasceu em Havana, Cuba, a 22 de Janeiro de 1754. Estudou em França e seguiu a carreira das armas. Tomou parte na defesa de Melilla (7-12-1777 e 16-3-1775) e de Oran (14 e 15-10-1780), na conquista de Menorca (4-2-1782) e no cerco de Gibraltar (Junho-Dezembro de 1782). Em 1793 assumiu o comando de um corpo de exército, repelindo os franceses no ataque de Runa (26-3-1784) e foi ferido em Lecumbeny e Tolosa). Em 1795 foi nomeado Quartel-Mestre General do Exército da Catalunha e repeliu Augerau para o outro lado do rio Fluvia, distinguindo-se ainda na batalha de Pontos. Os sucessos de Bañolas e do Col de Oriol abriram-lhe as portas do Rossilhão, mas parou o avanço logo que o Tratado de Basileia foi assinado. Nomeado Comissário Geral para a fixação das fronteiras entre a Espanha e a França (que só se concretizará em 1800), foi promovido a Tenente General (5-9-1796). No ano seguinte, acompanhou D. José Urrutia numa missão junto do Exército da Extremadura, com o objectivo de o disciplinar e preparar para a guerra com Portugal. Em Agosto de 1798 era nomeado Embaixador em Berlim. Depois do Tratado de Fontainebleau comandou uma Divisão de tropas espanholas na Toscânia. Em

a Guarda Nacional em Cherbourg e é um dos raros generais com que o exército republicano pode contar. É um dos vencedores de Valmy e de Jemappes, Hostil à Convenção, acaba por fazer um acordo com os austríacos. Abandonado pelos seus soldados e declarado fora da lei pela Convenção, desertou em 5 de Abril de 1793. Mal recebido em Stuttgart, percorreu sob um nome suposto a Suíça, Itália e Inglaterra, fixando-se em Neuse, perto de Hamburgo. Ofereceu inutilmente os seus serviços ao Czar Paulo I. A Inglaterra acabou por lhe dar uma pensão de 1200 libras por ano, retirando-se para aquele país em 1803. Foi conselheiro de Wellington, mas não pôde regressar a França, nem mesmo depois da Restauração. Dumouriez escreveu o livro *État Present du Royaume de Portugal*, Lausanne, Grasset, 1775, sem a indicação do nome do autor, com uma nova edição, "corrigée et considérablement augmentée" em Hamburgo, Chateaufort, 1796. Considerando a 1ª edição, a que temos presente, o Livre Troisième, "État Militaire", (pp. 107 a 166), faz uma análise das fraquezas militares de Portugal, do estado das suas forças armadas, dos seus Generais e oficiais, da topografia do Reino e, finalmente, uma reflexão sobre as guerras travadas por Portugal ao longo da sua História. Dumouriez também traduziu do alemão o livro de J. F. Hagner com o título de *Campagnes du Marechal de Schomberg en Portugal, de 1662 à 1669*, Londres, 1807.

10 de Abril de 1808 foi chamado por Fernando VII para integrar o seu governo, mas depois apoiou José Bonaparte, de cujo ministério fez parte como Ministro da Guerra e Presidente do Conselho de Ministros. Quando Fernando recuperou o trono, em 1814, O’Farrill dirigiu-lhe uma carta na qual pretendia justificar a sua conduta anterior, mas em vão. Foi declarado traidor, condenado à morte e os seus bens confiscados. Viveu o resto da vida no exílio, acabando os seus dias em Paris, a 19 de Janeiro de 1831⁴. Profundo conhecedor da ciência militar, estudou estratégia e tática, viajou por Inglaterra e por França. Pela sua preparação, foi encarregado de fazer uma avaliação dos diversos planos elaborados para a invasão de Portugal, produzindo o texto que publicamos mais adiante, e que se reveste da maior importância. Nele, o Tenente-general Gonzalo O’Farrill analisa diversos planos de invasão de Portugal elaborados por militares que tiveram um papel destacado nos conflitos travados entre os dois Estados peninsulares desde a Guerra da Restauração.

O general O’Farrill faz inicialmente uma apresentação dos diferentes planos, relatórios ou pareceres para uma invasão de Portugal, entre 1664 e 1776, por ordem cronológica, com os respectivos autores:

- D. Gaspar de Esquarzafigo – 1664
- D. Matheo de Cron – 1724
- António Bucarelli – 1762
- Príncipe de Beauvau - 1762
- Conde de O’Reilly – 1762 e 764
- Mantín Cermeño – 1768
- Conde de Ricla – 1768
- D. Antonio Hovert
- D. Pedro Cevallos - 1775
- Duque de Crillon – 1776
- D. Juan Gregório Muniain

⁴ Nesse mesmo ano, Andres Muriel publicava em Paris o opúsculo *Notice sur D. Gonzalo O’Farrill, Lieutenant Général des armées de S. M. le Roi d’Espagne, son ancien Ministre de la Guerre*, Paris, Chez de Bure Frères, 1831, 82 páginas.

Vejamos as notas biográficas sumárias que foi possível reunir sobre cada um deles.

D. Gaspar de Esquarzafigo, Marquês de Buscayolo

Trata-se de do engenheiro D. Gasparo Squarciáfico, um italiano ao serviço de Espanha desde 1656. Participou na Guerra da Restauração como Engenheiro Geral, junto do Duque de Osuna, na invasão da Beira em 1664. Esteve envolvido no ataque a Castelo Rodrigo e dirigiu obras de fortificação em praças conquistadas, como foi o caso de Lindoso, tomado pelas tropas espanholas sob comando do general Baltazar Pantoja. Publicou um livro intitulado *Opúsculos del Marques de Buscayolo de los Señores y Príncipes Soberanos de la Ciudad e Isla de Xio (...)*, Valência, por Gerónimo Vilagrosa, 1669, que tem, a pp. 341 a 424 uma *Relación del Sitio y Recuento de Castel-Rodrigo y Discurso sobre la Conquista de Portugal*.

Brigadeiro D. Matheo de Cron

Originário de uma família irlandesa, nasceu em Londres. Foi partidário do rei inglês Jaime II, deposto por Guilherme de Orange, e Tenente Geral dos seus Exércitos. Cron esteve preso na Torre de Londres em 1690 – ano em que os partidários de Jaime foram derrotados na batalha de Boyne, no mês de Julho, falhando a tentativa de recuperar o trono em terras irlandesas – e depois entrou ao serviço da Espanha. Aqui foi Marechal de Campo de Sua Majestade Católica e Governador de Lérida. Morreu em 1751, sendo sepultado na Igreja dos Capuchinos de Barcelona

Conde de Ricla

Foi uma figura de primeiro plano na política espanhola do seu tempo. Ambrósio de Funes de Villalpando (Saragoça, 1720 – Madrid, 1789) era filho do Conde de Atares, primo do Conde de Aranda e Conde de Ricla pelo matrimónio. Militar desde muito jovem, foi aprisionado pelos ingleses no Mediterrâneo. Participou nas campanhas de Itália, na Guerra da Sucessão da Áustria, às ordens do Conde de Gages e do Marquês de Castelar. Distinguiu-se no cerco de Cuneo, ascendendo então a Coronel. Participou na batalha de Piacenza (1744) e no ataque a Vilafranca de Niza. Em 1747 era Marechal de Campo, apenas com 27 anos de idade. Em 1748 casou com a Marquesa de Camarasa e Condessa de Ricla, o que lhe assegurou presença na Corte espanhola. Durante o reinado de Fernando VI foi nomeado Governador de Jaca, Zamora e Cartagena. Com Car-

los III recuperou o favor régio, ascendendo a Tenente-general. Primeiro representante diplomático espanhol na Corte russa, acabou por renunciar ao cargo optando pela carreira militar. Tomou parte na campanha de 1762 contra Portugal sob o comando do Marquês de Sarrià e do Conde de Aranda, distinguindo-se na tomada de Almeida. Em 1763 foi nomeado Capitão-general de Cuba⁵. Foi coadjuvado pelo general O'Reilly e pelo engenheiro militar Silvestre Abarca, até ser substituído, em 1765, pelo novo Capitão-general, D. António Maria Bucareli Ursúa. De regresso a Espanha foi nomeado Vice-Rei de Navarra e Capitão-general da Catalunha (1767). Sucedeu a D. Gregório Muniaim como Ministro da Guerra em 1772, cargo que exerceu até 1780. Durante o seu mandato foram organizadas as expedições a Argel, que redundou num desastre, ao Rio da Prata e também se declarou a guerra com a Inglaterra durante a Guerra da Independência dos Estados Unidos.

Príncipe de Beauveau

Charles-Juste de Beauveau, Marechal de França, nasceu em Luneville, a 10 de Setembro de 1720, e morreu a 2 de Maio de 1793. Iniciou a sua carreira militar muito jovem. Aos vinte anos era Coronel da Guarda do Rei Estanislau, oferecendo-se como voluntário no exército francês cercado em Praga, onde serviu como Ajudante de Campo do Marechal de Belle-Isle. Foi também Tenente-general dos Exércitos e Capitão das Guardas. Comandou o ataque principal a Mahon, senno um dos primeiros a entrar pela brecha aberta na fortificação. Em Corback foi Ajudante de Campo e contribuiu decisivamente para a vitória do Marechal De Broglie. Participou na guerra de 1762 contra Portugal, comandando uma divisão de tropas francesas no ataque a Almeida. Em 1763 foi nomeado Governador do Longuedoc, granjeando fama de justo e humano no exercício do seu cargo, nomeadamente no tratamento dos presos da terrível Tour de Constance.

Em 1771 ingressou na Academia Francesa, continuando a acumular fama e honras no reinado de Luís XVI. Em 1782 é nomeado Governador da Provença. Aproximavam-se, no entanto, tempos tumultuosos. A 4 de Agosto de 1789, o

⁵ V. DELGADO, Jaime: "El Conde de Riela, Capitán General de Cuba", in *Revista de Historia de America*, Instituto Panamericano de Geografia e Historia, Nºs 55-56, Janeiro-Dezembro de 1963, pp. 41 a 138.

Rei chamou-o para o seu Conselho, fazendo parte do ministério durante quatro meses. Sem ser possuidor de uma grande cultura, o Príncipe de Beauveau era senhor de grande urbanidade, entendido na arte militar, um administrador íntegro e esclarecido. Publicou algumas comunicações no âmbito da Academia e um *Avis au Tiers État* (Paris, 1788), surgido em vésperas da revolução.

Don Antonio Maria Bucareli Ursúa

Nasceu em Sevilha, a 24 de Janeiro de 1717, e morreu no México, a 9 de Abril de 1779. Filho dos Marqueses de Vallehermoso, tomou parte nas campanhas de Itália até 1748, regressando então a Espanha. Com o posto de Brigadeiro, participou como comandante da cavalaria na campanha contra Portugal, sendo então promovido a Marechal de Campo e Inspector Geral da Cavalaria. Em 1766 foi nomeado Capitão-general de Cuba, onde permaneceu até ser nomeado Vice-Rei do México, a 22 de Setembro de 1771, substituindo no exercício do cargo a Carlos Francisco de Croix. Prosseguiu a obra iniciada pelo Conde de Ricla, construiu os fortes de Morre e de Atares, reprimiu o contrabando e os abusos das autoridades locais. Concretizou a expulsão dos jesuítas do território mexicano. Organizou expedições para o Norte do território, nomeadamente as que foram dirigidas por Juan Pérez e Bruno Heceta. A partir de Monterrey, organizou outra expedição já delineada pelo seu antecessor, a instâncias de Frei Junípero Serra, que lançou as bases para a fundação das missões de San Francisco e Santa Clara (1774). Uma nova expedição, comandada por Juan Bautista de Anza, chegou a San Francisco em 1776 e uma outra, por mar, alcançou em 1779 a costa meridional do Alasca. Bucareli deu uma particular atenção à defesa da fronteira norte, ameaçada por tribos hostis – Apaches, Pimas e Seris – mandando construir fortes de San Juan de Ulúa, Perote e San Diego de Acapulco. Por sua iniciativa foram fundadas instituições de beneficência como a Casa de Recogidas, o Hospício dos Pobres, a Casa dos Expostos, o Montepio e o Convento e Hospital de San Hipólito. Criou o Comando General das Províncias Internas, constituídas por Sonora, Califórnia e Nova Biscaia. Foi autor de diversas obras, nomeadamente sobre temas militares. Era Cavaleiro da Ordem de São João. Está sepultado na Igreja de Guadalupe do México

Conde de O' Reilly

Nasceu em Dublin, Irlanda, em 1725, e morreu em Albacete, em 1794. Serviu em diversos exércitos europeus, incluindo o espanhol, desde 1760. Ocupou altos cargos – Inspector Geral de Infantaria, Governador e Comandan-

te General de Madrid, Inspector em Cuba e Puerto Rico e Governador da Luisiana. Tenente-general dos Reais Exércitos, participou na campanha de 1762 contra Portugal, ocupando Chaves e avançando sobre Vila Real. Seguiu depois para Cuba com o Conde de Ríela, organizando as milícias naquela ilha. Comandou uma expedição à Luisiana em 1768, com 24 navios e 2 000 homens, que esmagou a revolta pró-francesa dirigida por Nicolas-Chauvin de La Trènière, sendo criticado pela excessiva dureza com que tratou os rebeldes. Foi Capitão-general da Luisiana até 1770, publicando o código que ficou conhecido com o seu nome.

Foi Governador de Cádiz e comandou juntamente com o Tenente-general D. Pedro Castejon a expedição a Argel (1775). Com 22 000 homens passou ao Norte de África, mas ao argelinos não foram apanhados de surpresa. Apesar disso, O’Farril ordenou o desembarque de uma divisão entre Argel e o rio Farache, onde, devido à falta de artilharia, os espanhóis foram derrotados. Uma segunda Divisão que acorreu em socorro da primeira foi também vencida. As baixas espanholas ascenderam a 1 500 mortos, entre os quais o Marquês de La Romana, e 3 000 feridos, tendo os atacantes que reembargar. Este descalabro valeu-lhe o epíteto de “General Desastre”, e abalou profundamente o seu prestígio. Carlos III, que o tinha como um dos seus favoritos e lhe concedeu o título de Conde, perante as inúmeras críticas que se faziam sentir na Corte, nomeou-o para vários cargos longe de Madrid. Durante a Guerra do Russilhão, substituiu o General António Ricardos, que falecera a 23 de Março de 1794, como comandante das forças espanholas, mas não chegou a tomar posse efectiva desse comando porque morreu quando se preparava para o assumir.

Don Pedro Martín Cermeño

Arquitecto militar e engenheiro, foi Director dos Reais Exércitos e Praças de Sua Majestade. Interveio em projectos de urbanização do bairro de Barceloneta, realizado por Juan Martín Cermeño, presumivelmente seu irmão. Foi autor de numerosos projectos em Barcelona, Membro da Academia de San Fernando e de Arquitectura, em 1768 e 1774. Nomeado Marechal de Campo em 1770, ano em que foi para as Baleares. Entre 1776 e 1778 dirigiu as obras de ampliação das Ramblas de Barcelona.

Morreu na Galiza a 23 de Março de 1792.

General Don Antonio Hovert

Foi Quartel-Mestre General. Nada mais apurámos sobre este oficial.

Don Pedro Cevallos

Pedro António de Cevallos Cortes y Calderón nasceu em Cádiz em 29 de Junho de 1715. Iniciou a carreira militar muito novo, ao mesmo tempo que desempenhou outros cargos: Procurador Geral do Conselho de Santibañez y Carrejo e Alcalde de Zarza. Estudou no Real Seminário de Nobles de la Corte, e aos 24 anos pediu que lhe fosse concedida uma companhia nos regimentos de Ordens, Flandres ou da Extremadura. Em 1739 era promovido a Capitão, recebendo uma companhia do regimento de Ordens. Filipe V promoveu-o a Coronel do Regimento de Infantaria de Aragão. Em 1744 era Brigadeiro e em 1747 Marechal de Campo. Teve um comportamento exemplar na segunda campanha de Itália, no reinado de Fernando VI, recebendo muitos elogios do Marquês de la Ensenada. Como recompensa, o Rei concedeu-lhe em 1740 a Comanda de Sagra y Cenet da Ordem de Santiago. Promovido a Tenente-general em 1 de Novembro de 1755, foi nomeado a 14 de Dezembro Governador e Capitão-general do Rio da Prata e da cidade de Buenos Aires, iniciando uma carreira na América que o tornou numa das figuras mais importantes da colonização espanhola na região. Considerou prejudicial para a Espanha o Tratado de 1750 com Portugal, sobre as fronteiras da América do Sul, decidindo boicotá-lo auxiliando os índios Guaranis que combatiam os portugueses e bloqueando a Colónia de Sacramento, que conquistou a 29 de Outubro de 1762. Organizou depois uma expedição ao Norte do Rio Grande, Brasil, onde conseguiu alguns êxitos contra os portugueses nomeadamente a tomada da povoação de São Pedro. As disposições do Tratado de Paris de 1763 obrigaram-no a restituir Sacramento a Portugal, embora os territórios do Rio Grande continuassem em poder dos espanhóis. Demitiu-se do cargo de Governador em 1766, regressando a Espanha. Em Julho de 1771 foi à Corte de Parma em missão oficial, regressando a Madrid em Agosto do ano seguinte. Em 7 de Agosto de 1772 foi nomeado Capitão-general do Exército da Extremadura, pelo falecimento de Juan Gregório Muniain. A 18 de Setembro de 1775 era nomeado Governador e Capitão-general de Madrid. Ao iniciar-se a guerra com Portugal foi designado Vice-Rei do Rio da Prata, de que foi o primeiro titular, criado por Carlos III em 8 de Agosto de 1776, e cuja capital era Buenos Aires. Cevallos embarcou para a América a 13 de Novembro de 1776, chegou com uma poderosa expedição de 115 navios e 20 000 homens, conquistando a ilha de Santa Catarina e, de novo, a Colónia de Sacramento. A campanha foi suspensa ao ser assinado o Tratado de Santo Ildefonso (1-10-1777). O seu governo foi marcado por um grande desenvolvimento da região, no plano comercial, com a utilização do porto de Buenos Aires. Regressou a Espanha a 17 de Setembro de 1778, com o posto de

Capitão-general, sendo substituído por José Vértiz. Morreu em Córdoba, a 27 de Dezembro de 1778.

Cevallos não participou em nenhuma acção bélica contra Portugal na Europa mas sim na América. Mesmo assim, o seu prestígio era tal que Carlos III o encarregou, mesmo estando do outro lado do Atlântico, de fazer um plano de invasão de Portugal, como explica Enrique M. Barba:

“Era tanto o prestígio de que gozava e tanta a autoridade das suas palavras, que o próprio Monarca parecia querer iludir, vislumbrando uma possível anexação do reino lusitano à sua coroa. E embora definitivamente, a expedição fosse dirigida contra as colónias do Brasil, este projecto deu a impressão de desvanecer-se ante a magnitude do que tinha apresentado Cevallos. Que a Carlos III seduziu o pensamento de D. Pedro, demonstrando o facto de que a 20 de Novembro o Conde de Ricla se dirigiu a Silvestre Abarca, Martín Alvarez, Conde de O’Reilly e a Cevallos pedindo-lhes de parte de Sua Majestade um plano de conquista do reino de Portugal”⁶.

Duque de Crillon

Lui de Barbes de Betryton de Quiers, Duque de Crillon e de Mahon, nasceu em Avinhão em 1718, e morreu em Madrid, em 1796. Abraçou a carreira militar muito novo, entrando em 1731 para a companhia de “Mosqueteiros Cinzentos”, de onde saiu em 1733 para ir, como 2º tenente, juntar-se ao Regimento de Infantaria do Rei, em Bourgogne, com o qual passou ao exército de Itália às ordens do marechal de Villars. Participou na campanha de Itália, em 1734, nomeadamente na batalha de Parma. Serviu sob as ordens do Duque d’Harcourt, na Baviera, e resistiu heroicamente com 150 franceses em Landaw-sur-Iser a mais de 2 000 atacantes. Em 1742 serviu sob as ordens do duque de Harcourt como coronel do Regimento da Bretanha. Em 1745 distinguiu-se na batalha de Fontenoy e no combate de Mesle, partilhando os louros da vitória com o Marquês de Laval, na tomada de Gand e de Ostende. Depois da tomada de Namur foi nomeado Marechal de Campo. Durante a Guerra dos Sete Anos tomou a cidade

⁶ BARBA, Enrique M.: *Don Pedro de Cevallos*, Buenos Aires, Editorial Rioplatense, 1978, 2ª edição, p. 233. Esta é a obra fundamental sobre Pedro Cevalos, tanto a nível da sua vida como, muito em especial, da acção na América do Sul. Inclui, a pp. 308 a 313, uma extensa bibliografia sobre as acções militares contra os portugueses no Brasil. Veja-se Juan Beverina, *La Expedición de D. Pedro Cevallos en 1776-1777*, Buenos Aires, Rioplatense, 1977.

de Lippstadte, e foi o protagonista, em Weissenfelds, do episódio narrado por Frederico II, ao elogiar, nas suas memórias, a resistência que enfrentou dos granadeiros franceses. Como brigadeiro tomou parte nos cercos de Friburgo, Ostende, Niuport, Mons e Namour e na batalha de Recoux. Ferido na batalha de Rosbach, em 1757, dirigiu a tomada de Goettingue, sendo então nomeado Tenente-general. Em 1758 concebeu o plano de uma invasão de Inglaterra e foi encarregado do comando das forças estacionadas em Boulogne, Artois e Picardie, mas as suas ideias, que previam a utilização e um grande número de canhoneiras, não foram adoptadas. Ao ser substituído no seu comando pelo Príncipe de Neuvau, Crillon foi convidado em 1762 pelo conde de Fuentes, embaixador de Espanha em Paris, para entrar ao serviço deste país. O Pacto de Família permitia que aceitasse o convite sem ter de se desligar do exército francês, parecendo-lhe que até seria mais útil à França. Uma vez em Espanha, partiu de Santo Ildefonso para se juntar ao exército do marquês de Sarria que cercava Almeida. Decorria a guerra contra Portugal e Crillon vai tomar nela uma parte activa. Comandou as reservas de 24 esquadrões de cavalaria e de 6 batalhões de infantaria em Castelo Branco. Elaborou então um plano para a conquista de Portugal,

“demonstrando geometricamente em duas campanhas, apesar de todas as forças de Inglaterra reunidas às de Sua majestade Fidelíssima. Foi inteiramente aprovado pelo rei e seus ministros”⁷.

Findo o conflito, foi nomeado general e Grande de Espanha de 1ª Classe. Conquistou em 1782 a ilha de Menorca aos ingleses, pelo que recebeu o título de duque de Mahon, mas fracassou na tentativa de recuperar Gibraltar. Em Espanha foi uma figura de grande destaque, Comandante Geral dos Reinos de Valência e Múrcia, Capitão-general do Exércitos. As suas Mémoires Militaires são uma colectânea de documentos e comentários sobre as principais acções onde participou, nomeadamente Mesle, o cerco de Namur, a surpresa de Lippstadt, a batalha de Rosbach, a guerra contra Portugal, a conquista de Menorca, os cercos de Mahon e de Gibraltar. A guerra contra Portugal é tratada nas páginas 231 a 25.

⁷ *Mémoires militaires de Louis de Berton des Balbes de Quiers, Duc de Crillon (...)*, Paris, Imprimerie de du Pont, 1791, p. 256.

D. Juan Gregório Muniain

Nasceu em 1700 e morreu em 1772. Primeiro Ministro do Infante D.Felipe, Comandante general do Exército espanhol, regressou de Itália para desempenhar idênticas funções castrensas na Península Ibérica. Comandante Geral do Exército na Província da Extremadura. Foi Secretário de Estado da Guerra de 1766 a 1772.

O'Reilly expõe sucintamente cada plano ou parecer anterior, com as vantagens e desvantagens, não havendo unanimidade quanto aos pontos a atacar. Uns apontam para o Alentejo, outros para as Províncias do Norte, outros para as Beiras. Mas todos eram unânimes no objectivo central de uma invasão: Lisboa. Gonzalo O'Farril mostra-se pouco receptivo a uma entrada pelo Alentejo, por ser a Província com maior número de praças, o que obrigava a sitiá-las, Elvas, Campo Maior, Estremoz. Outro facto considerado negativo era a insalubridade da região e a escassez de água e de forragens que permitissem o abastecimento do exército espanhol sem que este dependesse das remessas enviadas da retaguarda. Tem como fundamental o auxílio da França, com 40 000 homens, apontando em pormenor os movimentos a fazer por espanhóis e franceses, nas diversas fronteiras, prevendo que os portugueses apenas poderiam contar com uns 24 000 homens auxiliados por 14 000 ingleses. Defendia o uso de severidade para com os civis dos territórios invadidos, de forma a intimidá-los e a desmotivá-los de qualquer resistência.

Ao passar em revista as opiniões de todos os que estudaram o teatro de operações português, O'Farril concluiu que as opiniões eram contraditórias. Muniain propunha que o ataque fosse feito pelo Alentejo, enquanto o Conde de Aranda apontava para entre o Tejo e o Douro. Muniain não descurava o carácter multi-continental do futuro conflito, tendo o Conde de Aranda chamado a atenção para a necessidade de reforçar as tropas na América e formar ali novas milícias.

Todos estavam de acordo em que Lisboa era a chave do Reino, e a sua conquista seria decisiva na sorte de qualquer guerra. Mas divergiam quanto ao caminho a seguir para a sua tomada. Uns defendiam que o caminho mais curto era pela Beira ou seguindo por ambas as margens do Tejo até Abrantes. Outros preferiam que as primeiras operações fossem dirigidas contra as Províncias a Norte do Douro. Só uma vez assegurada a posse dessa região se devia marchar com maior segurança em direcção a Lisboa. Os que perfilhavam esta última opção excluíam o Alentejo, mais uma vez com o argumento das muitas praças, da insalubridade do clima, da escassez de recursos e ainda pela necessidade de se atravessar o Tejo antes de Abrantes, após o que tal seria praticamente

impossível. Também excluía o Algarve e a possibilidade da marcha pela Beira. Os argumentos favoráveis a Trás-os-Montes e Entre-Douro-e-Minho eram: a fraca qualidade das praças portuguesas da região, a facilidade de abastecimento para as tropas espanholas a partir dos portos da Galiza, e a relativa facilidade de tomar o Porto.

Algumas reservas quanto a esta última proposta: embora a conquista da capital nortenha fosse fácil, tal objectivo não é decisivo. Do mesmo modo, a conquista de Trás-os-Montes não seria muito vantajosa pelas características da província, com comunicações difíceis, que careciam de muitos efectivos para as manter controladas. Uma alternativa era a entrada pela Beira Baixa em direcção a Lisboa, com o Tejo no flanco esquerdo, dividindo-se o exército em dois corpos. O grosso das tropas seguiria pela margem direita do rio, ficando o resto a controlar a Guarda e a Serra da Estrela, bloqueando ao mesmo tempo a praça de Almeida. Também esta última opção foi criticada, em especial a divisão do exército em dois corpos muito afastados, o que dificultaria a actuação conjunta. Seria preferível marcharem por ambas as margens do Tejo, estabelecendo pontes e mantendo a comunicação entre elas até Abrantes, onde ocorreria a junção. Uma outra proposta era a da entrada por Almeida, que seria cercada e neutralizada, avançando os invasores depois para Lisboa por Viseu e Coimbra, conservando uma ligação estreita às bases em Castela, o que permitia uma penetração sem grandes problemas na Estremadura portuguesa utilizando em força a cavalaria.

Para O’Farrill, as opções dependiam da época do ano escolhida iniciar a campanha. Se ela começasse no Outono e as forças espanholas reunidas não excedessem os 50 000 homens, num contexto internacional que não seja favorável à destruição de Portugal, então a guerra pode ser iniciada no Norte, uma vez que os objectivos a atingir eram apenas políticos.

Se se pudesse actuar no Outono ou na Primavera, com pelo menos 80 000 homens e uma grande força de cavalaria, mas sem a artilharia necessária, nesse caso era fundamental controlar a Guarda e neutralizar Almeida, seguindo com o grosso das tropas para Lisboa por Coimbra.

Finalmente, se a operação fosse iniciada na Primavera, com todos os recursos necessários, tanto em homens, como em armamento e logística, então era preferível a marcha por ambas as margens do Tejo, assegurando as comunicações, em direcção a Lisboa.

3. O PLANO DO TENENTE GENERAL D. JOSÉ DE URRUTIA

Nomeado comandante do exército da Extremadura em 1797, D. José Urrutia era um dos mais brilhantes oficiais gerais espanhóis da então, e só a sua posição pouco submissa em relação a Godoy levou a que não tivesse comandado a invasão de Portugal. Vale a pena determo-nos um pouco sobre a sua biografia⁸.

D. José Urrutia de las Casas nascera a 16 de Novembro de 1739 em La Casa Infanzona de la Mella, Biscaia. Seu tio, D. Manuel de las Casas y de la Cuadra era secretário do Rei e Intendente da Marinha. Estudou em Valmaseda e em Barcelona, e foi professor de Matemática na Real Academia Militar de Ávila. Em 1758 era cadete do Regimento de Infantaria de Múrcia. Subtenente nos dois anos seguintes no Regimento de Guadalajara, e Tenente do Regimento da América, tomou posse a 18 de Julho, no México, Nova Espanha, para onde foi como voluntário em 1764. Esteve em Vera Cruz, até passar ao serviço do Vice-Rei e Capitão-general Joaquín de Motserrat, Marquês de Cruillas, como engenheiro. Acompanhou, como cartógrafo, a inspecção do Marquês de Rubi, reconhecendo juntamente com o engenheiro Nicolás de Lafora a fronteira Norte do território mexicano. Nessa missão, que se prolongou de 1766 a 1768, Urrutia desenhou 22 planos de diversas localidades e fortificações, conservando-se na actualidade esses originais na British Library. Desempenhou outras missões de reconhecimento geográfico, viajando 2400 léguas, durante as quais teve vários recontros com os índios, de que resultou gravemente ferido

Entre 1768 e 1770, José Urrutia participou em diversos projectos na cidade do México. Obteve o posto de Capitão do Regimento da América em 1775 e o de Ajudante Maior (Major) em 1776. Tenente Coronel em 1779, Coronel do 1º Regimento de América em 1782 e Brigadeiro, comandando o mesmo Regimento em 1783. Em 1770 realizou um reconhecimento nas Ilhas Canárias. Participou em 1779 e 1782 no bloqueio a Gibraltar, e naquele último ano na conquista de Menorca. Foi comandante de Algeciras e da costa limítrofe, nomeado Inspector das tropas destinadas ao canal de Castela e Superintendente do mesmo. Por ordem de Carlos III, viajou por várias cortes europeias, participando em duas campanhas do exército russo contra a Turquia, sob o comando do Príncipe Potemkine, sendo-lhe confiado o comando da ala esquerda no cerco de Ozakov.

⁸ Proceso Individual de D. José Urrutia de las Casas, Archivo General Militar de Segóvia, 1ª División, Legajo 4-346.

Tomou ainda parte nas batalhas de Causan e nas tomadas de Palanca, Akesman e Bender. Recebeu do Czar a Cruz Militar de S. Jorge e um espada de mérito mas recusou o posto de Brigadeiro do exército russo. Regressando a Espanha em 1791, Urrutia foi nomeado Marechal de Campo dos Reais Exércitos, a 9 de Dezembro daquele ano, e Governador de Ceuta. Ali teve que enfrentar o cerco imposto pelos marroquinos. A 10 de Outubro de 1793 foi nomeado Tenente-general. Iniciada a guerra com a França, foi segundo comandante do exército de Navarra, distinguindo-se na defesa do vale de Bastan. Passando à Catalunha, comandou a vanguarda do exército e participou na conquista de diversas cidades francesas do Russilhão. Foi nomeado, em 23 de Dezembro de 1794, Governador e Capitão-general do Principado da Catalunha, com a presidência da audiência em substituição do Conde de Unión. Quando assumiu o comando em chefe do Exército dos Pirinéus Orientais, as tropas encontravam-se num estado de grande abatimento e indisciplina em consequência das derrotas sofridas frente aos franceses. D. José Urrutia restabeleceu a disciplina e fortificou as suas posições, o que lhe permitiu resistir durante a campanha de 1795 aos generais Perignon e Scherer, vencendo este último na batalha de Pontos. Terminada a campanha e assinada a paz com a França, Urrutia foi nomeado, a 28 de Dezembro de 1797, Capitão-general dos Exércitos de Espanha, Engenheiro General dos mesmos, praças e fronteiras, com assento no Supremo Conselho de Guerra, obtendo ainda a Grã-Cruz de Carlos III. A 9 de Julho de 1800 foi condecorado com a insigne Ordem de Calatrava do Campo de Almodôvar, como Capitão-general, Comandante General dos Reais Corpos de Artilharia e Engenheiros, único Inspector General de Espanha e Índias, de suas fábricas e munições. Como um seu biógrafo sublinhou,

“apesar de tantas honrosas graças (por certo bem merecidas), nunca se baixou Urrutia a queimar incenso nos altares do ídolo de época (Príncipe da Paz) e assim recusou-se a comandar o exército destinado contra Portugal para não se pôr sob as ordens do favorito na campanha que pela sua insignificância denominaram das Laranjas”⁹.

Em 1802, as suas ideias militares foram mais uma vez seguidas ao ser criado o Regimento de Sapadores e Mineiros, cujo regulamento será publicado a 1 de Março do ano seguinte.

⁹ “Biografía del General Urrutia”, da autoria de D. José de Urrutia, que julgamos seu neto. Processo Individual de D. José Urrutia de las Casas, Archivo General Militar de Segóvia, 1ª División, Legajo 4-346.

D. José Urrutia morreu em Madrid a 1 de Março de 1803, deixando uma vasta obra inédita, com reflexões sobre as campanhas em que participou, as suas viagens, os trabalhos de levantamento geográfico realizados no México.

O plano de sua autoria está datado –22 de Março de 1800– quando já ninguém tinha dúvidas sobre a inevitabilidade da guerra. Como militar culto e experiente que era, Urrutia, não deixando de sublinhar a superioridade à partida da Espanha, recomendava prudência na avaliação de Portugal, não apenas devido às dificuldades decorrentes do acidentado do terreno, o clima pouco saudável e os escassos recursos naturais que dificultariam a sobrevivência de um exército que contasse apenas com as produções no país invadido, mas também pelas qualidades da população, o

“extraordinário amor dos seus naturais ao seu Soberano, à Liberdade e à Pátria e, finalmente, na sua inveterada aversão aos espanhóis”.

Havia ainda que acrescentar a todas estas dificuldades as defesas artificiais erguidas para enfrentar um ataque e o auxílio que os aliados pudessem prestar. Urrutia contabilizava a totalidade das forças portuguesas em 70 000 a 80 000 homens, incluindo tropa de linha, milícias e ordenanças, inventariava navios de guerra disponíveis e os seus tipos, chamando a atenção para o grande número de homens utilizados no mar –em barcos mercantes e de pesca– que seriam, segundo ele, cerca de 60 000, e que podiam em caso de necessidade ser armados e participar na defesa do Reino. Quanto aos aliados de Portugal, para além dos ingleses, José Urrutia chamava a atenção para os russos, concretamente para os que estavam estacionados nas ilhas de Jersey e Guernesey. O General espanhol levava muito a sério o tratado de 1799 entre Portugal e a Rússia, mas não é crível que tivesse conhecimento dos pedidos concretos que Luís Pinto de Sousa fizera por intermédio de Francisco José da Horta Machado a 8 de Março de 1800:

“Não duvida esta Corte que poderemos vir a ser atacados no fim da Primavera próxima . E portanto é muito essencial que V. Sr^a confira logo com esse Ministério sobre este acontecimento, e que o disponha a consentir que a Grã-Bretanha possa dispor de seis mil homens de tropas russas que se acham em Jersey e Guernesey a favor de Portugal em caso necessário ”¹⁰.

¹⁰ Luís Pinto de Sousa para Francisco José da Horta Machado (S. Petersburgo), Queluz, 8 de Março de 1800, ANTT, MNE, Despachos para as Legações, Livro nº 110, fols. 224 a 224 v.

E, no mesmo dia, para D. João de Almeida de Melo e Castro:

“Esta Corte não duvida de ser atacada no fim da Primavera próxima pelas forças de Espanha e França, avaliando por uma desculpa frívola a nossa última resposta; e portanto é mais que tempo de cuidarmos nos meios de resistência, e na nossa natural defesa, os quais não são certamente adequados nas circunstâncias em que presentemente nos achamos, se a Grã-Bretanha se não resolver a socorrer-nos validamente com tropas, com navios, com grãos e com dinheiro, pois que esta guerra é inteiramente sua.

As tropas inglesas de que mais carecemos são sem dúvida de Cavalaria, e por isso nos não poderemos dispensar de mais dois regimentos; e em quanto à Infantaria, seria para desejar, como já tenho exposto a V. Sr.^a, que pudessem vir a Portugal 6000 russianos, daqueles que a Grã-Bretanha tem ao seu serviço, sobre o que seria conveniente que o Ministério inglês se concertasse sem a menor perda de tempo com a Corte de Petersburgo. Já expus igualmente a V. Sr.^a a necessidade que tínhamos de uma esquadra inglesa no Tejo para segurança desta capital.(...) A penúria de grão é hoje imensa, e a nunca vista continuação das chuvas, que tem embaraçado até hoje todas as sementeiras do Reino, nos ameaçam de uma fome eminente neste ano (...)”¹¹.

Quanto ao estado geral de Portugal, José Urrutia reconhece os progressos operados nas últimas décadas:

“Portugal fez florescer o seu comércio, as suas fábricas a sua indústria, aumentou as suas riquezas e não descuidou as suas fortificações, pois há já tempos que as estão preparando e municinando para uma boa defesa”.

Panorama exagerado, sem dúvida, que mais parece ter sido feito por um português...

Mas entende-se o porquê deste exagero. O autor, ao exagerar de forma manifesta das potencialidades de Portugal, mais não visava que recomendar a maior prudência e, em última instância, exaltar uma futura vitória espanhola.

¹¹ Luís Pinto de Sousa para D. João de Almeida de Melo e Castro, Queluz, 8 de Março de 1800, ANTT, MNE, Despachos para as Legações, Livro nº 110, fols. 230 a 231.

Quanto mais valoroso e poderoso se pinta o inimigo a enfrentar, mais gloriosa é a vitória que se alcança sobre ele. Lembra ainda que a Monarquia Espanhola não pode contar com todos os seus recursos, nomeadamente com as remessas da América, interrompidas ou pelo menos dificultadas pela acção dos navios ingleses. Outro aspecto dissonante do plano de José Urrutia são as reservas em relação à utilização de franceses numa guerra contra Portugal. Enquanto outros não só defendiam a participação de Paris como a tinham como essencial num conflito com Lisboa, Urrutia duvida que a ajuda francesa seja efectiva, porque “têm todas as forças empregadas na sua própria defesa”, e não hesita em pô-la em causa: “é bem problemático se conviria aceitá-lo”.

Para uma invasão de Portugal, aponta como necessário um exército com 70 000 a 80 000 homens posicionados na Galiza, Leão, Castela, Andaluzia e Extremadura, pormenorizando a sua disposição. Propõe que se ataquem efectivamente a Beira e o Alentejo e se ameace as províncias portuguesas contíguas à Andaluzia e à Galiza, com o objectivo de atrair tropas contrárias para essas regiões, mas sem que elas sejam investidas. Divide Portugal em três zonas limitadas pelo Douro e pelo Tejo: Norte do Douro, entre Douro e Tejo e Sul do Tejo, apontando como objectivo central da campanha separar de Portugal uma dessas regiões. Embora a conquista de Lisboa seja muito importante, não resolveria, por si só, a sorte da guerra. E Urrutia lembra que os restos do exército português podiam refugiar-se em Setúbal, protegidos pelo rio e pelos reforços ingleses.

Se a região conquistada fosse a compreendia entre o Tejo e o Douro, seriam necessárias muitas tropas para assegurar o seu controle, comunicações com a Espanha, guarnecer os rios e toda a costa entre Lisboa e o Porto. Mobilizaria, necessária e improdutivamente o grosso das forças espanholas. Por isso, José Urrutia rejeitava tal possibilidade, optando pelas restantes: as Províncias entre Douro e Minho, ou o Alentejo e Algarve. A primeira hipótese é mais vantajosa, teoricamente, por ter defesas mais fracas, pelo clima mais saudável, pela “abundância de colheitas, gados e homens”, pela navegabilidade do Douro. Mas, naquele momento, aquela opção não era aconselhável

“por causa do muito tempo a empregar nos preparativos e dos excessivos gastos que seriam necessários para transportar para a Galiza os trens de artilharia, as munições, tendes, materiais hospitalares, mantimentos e tudo o mais de que um exército necessita para operar naquela região”.

A existência de todas aquelas carências

“inclinam-me, Senhor, a propor a V. Majestade, como mais útil nas actuais circunstâncias, a entrada pelo Alentejo”.

Expôs, em seguida, um plano de operações que previa a neutralização de Elvas e de Campo Maior, com a utilização de forças importantes, mas sem atacar aquelas praças. Em contrapartida, propunha a tomada imediata de Olivença e de Juromenha, e o lançamento de pontes sobre o Guadiana. A prioridade para os espanhóis devia ser, na opinião de José Urrutia, atrair o grosso do exército português para uma batalha decisiva, onde a superioridade da cavalaria espanhola decidiria a sorte da batalha. A rendição de Elvas e de Campo Maior, submetidas a assédios, era necessária para que se pudessem prosseguir em segurança as operações em profundidade, no interior de Portugal, até Lisboa e Setúbal, sem que existissem guarnições ainda não submetidas na retaguarda das tropas invasoras. Quanto aos civis portugueses, recomendava que era preciso “desarmar as povoações e tratar os seus habitantes com severidade para abater o seu ânimo orgulhoso e o seu imortal ódio aos espanhóis”.

No essencial, foi este o plano adoptado por Manuel Godoy na guerra de 1801.

4. O PLANO DO BRIGADEIRO D. FERNANDO GAVER

Cronologicamente é o último plano de invasão, datado de 19 de Janeiro de 1801, a um escasso mês da declaração de guerra a Portugal, feita a 27 de Fevereiro.

D. Fernando Gaver¹² nasceu em Sevilha em 1744. Iniciou a sua carreira militar em 1755, como Cadete do Regimento de Infantaria de Brabante. Fez a campanha de Portugal de 1762, como Subtenente do Real Corpo de Engenheiros e participou no ataque a Almeida. Concluída a guerra, serviu na Catalunha, em Castela e na Galiza, sendo promovido a Capitão (1776) e Tenente Coronel (1787). Na Galiza foi encarregado, pelo Arcebispo de Santiago, de dirigir os Caminhos Reais. Em Setembro de 1793, destinado ao Exército de Campanha da Catalunha, reconheceu as praças do Principado e dirigiu as obras de defesa. Durante a

¹² Archivo General Militar de Segóvia, 1ª Divisão, Legajo G. 20, 11 folhas.

guerra contra os franceses acompanhou o General em Chefe, por várias vezes, em missões de reconhecimento. Foi promovido a Coronel em 1794. Findo o conflito com a França, foi nomeado para a Brigada de reconhecimento das praças fronteiriças, com o posto de Brigadeiro (4-9-1795) e passou a fazer parte da Junta de Fortificações de América. Em 1800 estava no Exército de Operações contra Portugal, na qualidade de Primeiro Ajudante General do Estado Maior, cargo que exerceu até 27 de Abril de 1801, sendo então nomeado Governador da Praça de Ciudad Rodrigo. A 5 de Outubro de 1802 era promovido a Marechal de Campo. Nada mais consta do seu processo individual, nomeadamente a data da morte.

Foi na qualidade de Primeiro Ajudante General do Estado Maior do Exército da Extremadura, e por solicitação de D. Manuel Godoy, que D. Fernando Gaver elaborou o Plano de invasão de Portugal que se segue, tendo acesso, como se depreende da leitura do texto, aos planos que tinham sido elaborados anteriormente e que são por ele citados, com especial relevo para o de D. José Urrutia..

Gaver começa por referir que todos os planos anteriores eram unânimes em recomendar que a guerra fosse feita numa única campanha, com a conquista de Lisboa como objectivo central. Retoma os argumentos de Urrutia quanto à preferência de uma invasão pelas Províncias de Entre-Douro-e-Minho e Trás-os-Montes, se houvesse tempo para a preparar, e que a opção do Alentejo se devia unicamente à celeridade da operação. Reitera, no entanto, a sua preferência pela primeira hipótese, se “Sua Majestade determinar que as suas Reais Armas iniciem as hostilidades” pelas províncias nortenhas, e, nesse caso, propõe um plano que previa ainda o concurso de 16 000 franceses estacionados entre Zamora e Puebla de Sanabria, com a presença de tropas espanholas junto à Beira e ao Alentejo para que se mantivessem expectativas quanto a possíveis ataques por essas fronteiras. Segue-se outro documento, datado de 31 de Janeiro de 1801, que devia ser acompanhado por um mapa de Portugal, com a descrição do país, as características de cada uma das três regiões divididas pelo Douro e pelo Tejo, os acidentes orográficos, e efectivos militares a utilizar nas diferentes fronteiras. Fernando Gaver conclui que a conquista de Portugal podia ser feita de três formas: atacando a Espanha, com força de mar e de terra, as três regiões em simultâneo; investindo contra o centro, delimitado pelo Douro e pelo Tejo e por uma das extremidades; ou começando por uma das zonas, o Norte ou o Sul, para depois prosseguir na conquista das restantes.

O objectivo final seria a conquista de Lisboa e a derrota das forças portuguesas numa batalha decisiva.

Podemos concluir, após a análise destes planos, que o que foi elaborado pelo General José Urrutia prevaleceu, pelo menos no essencial, na guerra de 1801, apostando na invasão pelo Alentejo, com concentrações de tropas nas fronteiras da Galiza e da Andaluzia para mobilizar, para esses locais, efectivos portugueses. Tomar Olivença e Jorumenha, para poder atravessar o Guadiana e internar-se no Alentejo, cercar Campo Maior e Elvas e procurar levar o exército português a um combate decisivo, de forma a deixar o caminho livre para Lisboa. Quase tudo ocorreu conforme o planeado. Só que a campanha foi mais curta do que o previsto e os espanhóis nem sequer chegaram ao Tejo. Tudo terminou cedo demais, com a rendição imediata de Olivença e Jorumenha, a retirada sistemática das tropas portuguesas e a sua derrota nos únicos combates travados, em Arronches e Flor da Rosa.

Os únicos factores :que não estavam previstos foram a reduzida resistência portuguesa, e a recusa de um combate de grandes dimensões, optando o Duque de Lafões por preservar o grosso das suas tropas, recuando para posições a norte do Tejo, eventualmente para defender Lisboa. Também neste ponto, a guerra terminou sem que Lisboa fosse tomada. Se há um elemento que salta de alguns destes planos, em especial o de D. José Urrutia, foi, afinal, deficiente avaliação das tropas portuguesas e dos seus recursos, com uma evidente sobrevalorização dos mesmos...